

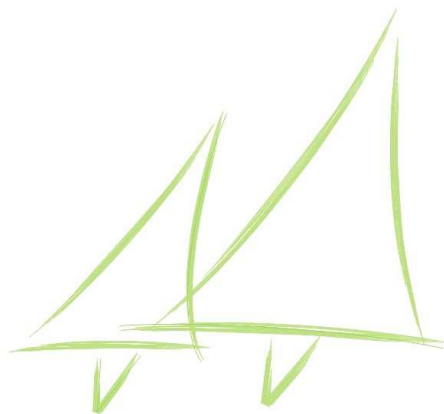
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



235 - COOPERATIVISMO PARAENSE: HISTORIA E MEMÓRIA

Juventude, educação e cooperativismo

Leila Mourão
Miranda.mourao@bol.com.br
Universidade Federal do Pará

Resumo

O cooperativismo paraense, no sentido contemporâneo do termo, teve seu início formal no século XX, com a criação das Cooperativas de Crédito Mútuo na cidade de Bragança, nordeste paraense, em 1927 e inspirou-se no modelo alemão Raiffeisen. Anteriormente existiram cooperativas criadas por decretos-leis federais: Escola de Aprendizes Artífices do Pará (1912), associação Cooperativa de Mutualidade (1912), Sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Limitada - A Seringueira (1914). Quase todas traziam na sua estrutura organizativa e doutrinária resquícios dos princípios orientadores das confrarias de ofícios e das irmandades religiosas, em especial das de origem católica a. A sua natureza civil expressava-se nas relações públicas.

Na década de trinta surgiram algumas cooperativas do ramo agrícola, voltadas para os grupos rurais. Nos anos quarenta do século XX ocorreu o apogeu do Cooperativismo paraense. Foi criada uma espécie Secretaria de Estado - o serviço de assistência ao cooperativismo, para promover e dinamizar as cooperativas nos diferentes ramos de atividade. O escolhido, à época, pelo interventor federal Joaquim Magalhães Barata, para dirigir o órgão foi o escritor e poeta Bruno de Menezes, o qual ganhou a alcunha de professor, pelo seu esforço. Por mais de 30 anos atuou e divulgou a doutrina cooperativista no extremo Norte do Brasil. Até os anos sessenta o movimento cooperativista paraense teve atuação significativa na economia local e regional. Nas décadas

de 70 e 80 constata-se um refluxo das cooperativas. A grande maioria foi extinta.

Palavras-chave: Cooperativa, Cooperativismo, Política, Economia Solidária e Social.

Abstract

Officially the cooperatives in the Para region were first created in 1927 with foundation of the *Crédito Mútuo* cooperatives in the city of *Bragança*, which had been inspired by the German model *Raiffeisen*. In fact, by the 1920s there already cooperatives that had been previously created by Federal decree-laws. For example the *Escola de Aprendizes Artífices do Pará* (1912), the *Cooperativa de Mutualidade* (1912) and the *Sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Limitada* in the city of *Seringueira* (1914). Their organization, particularly among those with a Catholic origin, was largely influenced by the principles of the religious brotherhoods and the fraternities. However, in public these cooperatives expressed and manifested their civil nature.

During the 1930s some cooperatives specialized in the agriculture and they supported the development of rural areas. The 1940s were the heyday of the cooperatives in Para and a new governmental office was created to promote and provide assistance to the cooperatives within the different economic branches. Joaquim Magalhães Barata was appointed federal interventor and the writer and poet Bruno de Menezes was nominated to direct the office. For more than thirty years Menezes spread the cooperatives in the north of Brazil and as a result of his efforts he received the nickname of “*o professor*” “the teacher”. The cooperatives in the Para region yielded good results for the economy of the region until the 1960s. However, in the 1970s they commenced a rapid decline and most of them had disappeared by the 1980s.

Key-words:

Durante a realização da pesquisa, quando ainda buscava conhecer as experiências e as histórias do cooperativismo nas distintas regiões do Brasil, o texto “Cooperativismo Mineiro” de Carlos Fabiano Braga, chamou-me a atenção. Ele iniciava seu trabalho afirmando que “escrever história é sempre tarefa difícil e injusta”. “Difícil, porque é necessário coletar retalhos espalhados por diversos cantos. Injusta, porque os sucessos da atualidade foram construídos em cima de experiências fracassadas, não registradas, que ensinaram o caminho o caminho da vitória”.

Esse pequeno desabafo lembrou-me de François Furet, em “A oficina da História” ao dissertar sobre o “construir o passado”. Para esse autor “O que se passou é bastante simples de reconstituir.” O problema é, em primeiro lugar, definir o que se pretende reconstruir e em segundo, localizar e selecionar o maior acervo possível de fontes e por fim, narrar o acontecido de modo a explicitar o seu sentido histórico e tornar essa reconstituição inteligível. Mas é necessário ter clareza que esta reconstrução será sempre parcial, incompleta e problemática. Mas é essa a atividade, por excelência, do historiador de ofício: a construção do texto historiográfico enquanto uma aproximação do acontecido.

Braga coloca de maneira simples e explicitamente os principais problemas com os quais se defrontam os historiadores, quando estes se dedicam a pesquisas sobre as organizações sociais dos setores de menor poder político, econômico e cultural. A dificuldade de reconstituir a história e mesmo alguma memória de algumas organizações sociais resultante de relações sociais dispare e contraditórias, permeadas pelos sentimentos de incerteza, medo e insegurança, reside no fato em que elas surgem com a finalidade de oferecer certas condições para a superação de tais sentimentos, como foi à criação das organizações de natureza mutualista e beneficente, com a finalidade de promover auxílio financeiro aos seus membros, em casos de desemprego ou falta de trabalho, doença e morte. Mas, numa outra perspectiva, organizações sociais do mesmo tipo surgem para organizar e direcionar situações de devoção, alegria e prazer, como as relativas à celebração de momentos de festejos e cerimônias religiosas. Uma e outra expressam manifestações de convivência e relações de solidariedade, cooperação e de sociabilidades.

Nesta perspectiva é a história social o campo privilegiado para o estudo das distintas organizações sociais de grupos e mesmo das sociedades.

A história Social aborda os processos de formação e ressignificação das práticas e das relações sociais continuadas. Essa abordagem possibilita tornar evidentes os múltiplos significados que foram historicamente construídos em diferentes momentos, lugares e tempos.

A escrita da história e da memória constitui-se em uma prática de reapropriação do acontecido, do narrado e do registrado nos acervos documentais.

A construção intelectual de uma e de outra trata de uma reapropriação do passado num dado presente. A história como reconstrução intelectual do que não existe mais é sempre incompleta e problemática, no sentido proposto por Pierre Nora. Incompleta na medida em que de modo geral, a documentação produzida, preservada e guardada nos arquivos e bibliotecas expressa uma seleção cujos critérios e matriz metodológica são definidos e aplicados pelos que lhes organizam. São acervos que expressam, nestas circunstâncias, a opção e uma dada versão sobre o passado, que mais se aproxima de uma representação, daqueles que as elaboraram, selecionaram e guardaram. Nesta perspectiva torna-se exclusiva, evidenciando apenas uma ou algumas dimensões do acontecido e conseqüentemente do narrado.

É problemática na medida em que diferentes dimensões sociais e culturais mediam sua elaboração: o lugar social do historiador e de sua produção; os tipos de fontes existentes; e o lugar e o destino do narrado.

Escrever a história é revelar sonhos, temores, amores e dores. É desvendar vidas e mortes. É tentar reconstituir realidades que não mais existem e descreve-las de modo que descortinem modos de viver, pensar, de sonhar e representar pessoas, grupos sociais, organizações, ações, sociabilidades, atritos, tumultos e conciliações, todos os aspectos da realidade de uma dada sociedade. A escrita, nesse sentido consta-se de percepções, idéias, sentimentos, sentidos, significados e representações parciais da realidade. Essa parcialidade decorre do lugar onde se está do lugar do que é observado e do lugar a que se destina a escrita.

ITNERÁRIO DE UMA PESQUISA.

A pesquisa “O Cooperativismo Paraense: história e memória” tiveram início na segunda metade de 1980. Foi quando recebemos o convite dos técnicos da Federação das Indústrias Paraenses – FIEPA para elaborar, em parceria com eles, uma “Memória da Indústria Paraense”, como parte do programa de comemorações do primeiro centenário da indústria no Estado, em desenvolvimento à época.

Trava-se do programa “Inventário e Preservação da História da Indústria e do Trabalho no Pará” e tinha como objetivo central a localização, a organização e a sistematização do acervo documental relativo aos temas do programa, que se encontrava, em grande parte, desconhecido e disperso em várias instituições, arquivos das indústrias ou de famílias com tradição industrial. O eixo condutor da pesquisa era a perspectiva de preservar a memória e a cultura da indústria e do trabalho no extremo Norte.

Nesta perspectiva iniciamos as atividades da pesquisa, ressaltando que a história tem, entre as suas finalidades, a de contribuir para a preservação dos diversos aspectos da cultura material e imaterial dos povos e o faz através da

reconstituição de informações, dados e idéias que permitem compreender o contexto, o comum e o excepcional, isto é, os processos sociais, culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos sociais, nas diversas épocas históricas.

Convém lembrar que não só os comportamentos, as maneiras de pensar e sentir compõe a unidade complexa do universo de uma sociedade. A materialidade das coisas representa uma de suas dimensões mais importante e neste caso a indústria e o trabalho representam um aspecto da materialidade de um processo histórico que se realizou ao logo do século XX.

A proposta foi submetida ao Grupo de História do antigo Departamento de História e Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, onde teve acolhida calorosa.

A localização e a recolha da documentação das cooperativas paraenses se desenvolveu, portanto, ao mesmo tempo, que a da indústria e do trabalho. As atividades pertinentes ao tema cooperativismo foram organizadas a partir dos acervos institucionais públicos e privados: Junta Comercial do Estado do Pará, Arquivo e Biblioteca Pública do Estado, Cartórios de Registro de Documentos, Jornais, Sindicatos, Associações Benéficas, Álbuns do Comércio, do Estado e dos Municípios, Arquivo e Biblioteca da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, Cooperativas, Centrais de Cooperativas e Organização das Cooperativas do Brasil, arquivos do Departamento Nacional do Cooperativismo - DENACOOOP/PA e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC. Acrescida de um levantamento bibliográfico sobre as organizações, a legislação elaborada e colocada em vigor relativas às organizações cooperativas, em nível federal, estadual e municipal, assim como, as políticas públicas instituídas para a promoção do cooperativismo no Pará, ao longo do século XX.

Cabe destacar, também, que foi feita mais recentemente consultas ao Primeiro Censo Histórico das Cooperativas do Pará, coordenado pelo senhor Valdecir Palhares, presidente da Central das cooperativas de crédito, em 1995.

O resultado inicial, de quase dez anos (1986-1997) de trabalho foi promissor, ainda que limitado e incompleto, em especial, quando se tratava de cooperativas criadas pelos setores mais pobres. A imprensa noticiava as convocações das assembleias de criação de cooperativas de crédito, consumo, produção, entre outras, mas depois essas informações desapareciam dos noticiários e não constavam dos registros formais.

O acervo coletado: leis, decretos, resoluções, registros, fotografias, estatutos, dados estatísticos, discursos, matérias analíticas, relatórios diversos foram sendo localizados, identificados, selecionados, catalogados, classificados e indexados na perspectiva da criação de um banco de dados, sobre o qual iniciamos esta análise interpretativa.

No processo executado, evidenciou-se, em primeiro lugar, na segunda metade do século dezenove e início do vinte, certa quantidade de informação das organizações mutualistas patronais e de trabalhadores, em particular, as “Caixas de Pecúlio” e as “Caixas Benéficas”, com destaque das segundas, organizadas pelas diferentes categorias de trabalhadores: portuários (e suas respectivas subdivisões), operários, gráficos, jornalistas, maquinistas ferroviários e de bondes entre outros. Ressalte-se que as primeiras

cooperativas paraenses, criadas no século dezenove, foram poucas e tiveram vida efêmera. Derivaram de duas prerrogativas sociais: o fim da escravidão e a positivação do trabalho, qualquer que fosse, e da migração de europeus, com certa tradição e experiência em organizações sociais mutualistas e cooperativistas, também para os estados do extremo Norte do Brasil.

A análise documental dessas organizações sociais, nesse período, revelou a sua principal natureza: a cooperação mutualistas e beneficente entre os seus membros. O que não era surpreendente, pois as políticas orientadoras das relações sociais, principalmente entre as diversas categorias de trabalhadores, ainda repousavam nos princípios filosóficos da ajuda mutualistas e beneficente, tão cara aos princípios cristãos em vigor.

Vicente Sales, pesquisador da escravidão negra no Pará, dedica parte de seu livro “Memorial da Cabanagem” a essas organizações surgidas no bojo da abolição da escravidão e da republicanização do Pará, como organizações de natureza política organizativa de trabalhadores e mutualistas, no que se refere às reações internas entre os membros que as compunham: sócios e/ou consórcios. Nesta abordagem caracteriza-as em precursoras e mutualista, por profissão ou categorias de trabalho, quase todas elas precursoras dos sindicatos e das cooperativas contemporâneas.

O conjunto de informações e dados orientou a sistematização das informações específicas relativas às cooperativas e ao cooperativismo no Estado do Pará.

Para facilitar a exposição sobre a história e memória do cooperativismo, propriamente dito, articulando o seu surgimento aos contextos históricos, às políticas e legislação criadas para orientar sua criação e funcionamento, as informações foram organizadas por períodos e títulos: 1860 - 1912, O Mutualismo Precursor; 1912 -1937, O Cooperativismo Instituído; 1938 -1946 Apogeu e Afirmção; 1946-1964 Refluxo e Revisão; 1964 -1989, Os percalços e afirmação do Cooperativismo no Pará.

Nesta comunicação apresentaremos uma história e memória do cooperativismo paraense até as medidas adotadas pelo regime militar que extinguiram as cooperativas existentes, na década de 70 e reformulou toda a legislação, a política e a prática cooperativista no país.

O COOPERATIVISMO NO PARÁ

O MUTUALISMO PRECURSOR (1860-1930)

A cooperação e a ajuda mútua fazem parte da história humana. Em todos os tempos os grupos sociais do planeta praticaram o auxílio mútuo e deixaram vestígios dessas relações sociais: na realização das atividades de caça, pesca, agricultura, pastoreio, na guerra e na paz. As formas mais antigas e tradicionais de ajuda mútua que foram praticadas pelos diferentes grupos sociais em diferentes contextos e são relativos à manutenção da subsistência e aos rituais perante a doença e a morte.

Na antiguidade clássica ocidental registram-se a existência de organizações coletivas de pessoas para o arrendamento de terras, com finalidade de exploração coletiva entre os babilônios, sumérios e assírios na antiga Mesopotâmia. As sociedades de auxílio mútuo para garantir os enterros foi comum entre os gregos e romanos. No medievo essas práticas se transformaram e consolidaram tornando-se usuais em muitas das atividades cotidianas. As Confrarias, as Bandeiras, as Irmandades de ofícios e as Ordens Terceiras, organizadas sob a proteção de santos padroeiros constituíram-se numa forte tradição na Europa cristã.

A colonização da América portuguesa trouxe e implantou várias dessas práticas entre os colonos que para cá vieram, em especial as confrarias e irmandades de ofícios, que tinham como finalidade a organização e das atividades de devoção, os festejos e o auxílio mútuo, sob diversas formas (trabalho, cuidados, financeiro) em caso de doenças e ou morte.

A documentação consultada informa que algumas dessas sociedades foram organizadas principalmente por mulheres: as talheiras, tendo as finalidades citadas acima, mas com a peculiaridade de orientar os “cantos de trabalho” entre elas e as Estrelas do Oriente composta de negras e mulatas, as duas devotas de São Benedito.

Os “cantos de trabalho” já estudados por historiadores da escravidão brasileira foi uma prática constante e com forte tradição entre os escravos africanos e os afro-brasileiros, para conservar a língua pátria e se comunicarem entre si.

Eustáchio de Azevedo explica que “Talheiras (ou taieiras), espécie de confraria de mulheres, em geral lavadeiras, que tomavam parte em festas populares, especialmente a de princípio de ano como a dos Reis, do Divino e no carnaval”. As lavadeiras eram negras e mulatas moradoras da periferia e exerciam seu ofício no igarapé das Almas (atualmente canal da Tamandaré), onde eram ladas as roupas das famílias abastadas da antiga Belém. Essa associação de mulheres foram organizações espontâneas e, ao que tudo indica era informais. Seu registro histórico foi feito por compositores, maestros, músicos e escritores, mas se referem essencialmente a sua produção artística e festeira. As talheiras têm sido lembradas pelo caráter lúdico de suas manifestações. Eram devotas de São Benedito e compareciam aos seus festejos, também como grupo organizado, que ficou conhecido como “Império de São Benedito” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Campina, cujo Compromisso fora lavrado em 1682. Vicente Salles ressalta a existência de outras organizações das taieiras em Belém, no final do século dezanove: as Bahianas e as Briosas, das quais só localizamos umas poucas notícias na imprensa.

As Estrelas do Oriente tiveram origem no cordão de festejos de São Benedito do bairro da Campina, que foi instituída como associação em 1886. Nessa associação foi criada uma “Caixa de Socorros Mútuos” com a finalidade de conceder auxílio financeiro aos seus sócios e sócias. Teve o seu estatuto sancionado pelo Presidente da Província do Pará e publicado no Diário Oficial, número 2507 de 31 de Janeiro de 1900.

A sua estrutura organizativa da associação foi definida no Capítulo I, Art. 2º “Será composta de número ilimitado de sócios e sócias nas categorias de contribuintes, honorários e beneméritos”.

O seu Art. 3º estabelecia suas finalidades: “Tem por fim celebrar festividades religiosas, especialmente as do natalício do menino Deus. Orago da mesma associação”.

“§1º Constitui também fim especial da sociedade, o prestar beneficências aos seus membros na forma aqui prescrita:”

“§2º Socorrer todos eles, quando em estado de moléstia e impossibilidade de prover as suas subsistências”.

“§3º Promovendo-lhes os enterramentos com decência e mandando celebrar sufrágios no 7º dia do passamento”.

O Capítulo II se referia aos requisitos, critérios e condições para que as pessoas pudessem ser admitidas como sócias: “Ter boa conduta e exercer profissão decente e conhecida. Não sofrer de enfermidade contagiosa ou incurável. Estar em pleno gozo de saúde quando foi proposto. Não ter sofrido pena judiciária por crimes que a lei considere infamantes”.

Este modelo de estatuto foi o padrão adotado pelas organizações populares de profissionais ou de categoria sociais que predominou no Pará, no último quartel do século XIX e no início do XX. Muitas de suas práticas podem ser identificadas com os princípios que foram adotados pelo cooperativismo que lhes sucedeu.

A associação Cordão das Estrelas do Oriente foi uma organização de auxílio mutuo assistencialista, popular e hegemonicamente dirigida por mulheres. Teve como primeiras presidente e vice as senhoras Maria Emília Torres e Francisca Maria da Conceição e mais onze diretoras e apenas o secretário era homem, o senhor Marco Florêncio de Brito, liderança também, popular organizador de inúmeras festas populares. A sede da associação ficava na antiga Rua do Rosário, número 60, no bairro da Campina.

Na segunda metade do século XIX surgiram em Belém várias organizações mutualistas, estruturadas a partir de profissões e categorias profissionais com finalidades mais de defesa dos trabalhadores e menos cristãs ou de festejos. Foram iniciativas promovidas pelos migrantes europeus (portugueses, espanhóis, italianos e alemães) vindos, embalados pelo sonho do enriquecimento fácil decorrente da extração e comercialização do “ouro negro” (o látex) e por paraenses educados na Europa. Ainda incorporavam as idéias de beneficência, mas o ideário da ajuda e cooperação predominava em seus princípios orientadores e práticas sociais. Traziam em sua maioria, a matriz dos sindicatos e de cooperativas européias.

Ressalta-se que a principal característica das organizações sociais, em especial aquelas que congregavam os trabalhadores de categorias específicas ou de várias categorias, trazia embutidas as diretrizes de um apolitíssimo impar decorrente das práticas escravistas e das restrições legais às teses e organizações anárquico sindicalista, socialistas e comunistas vigentes. Encontram ressonância e rebatimentos na própria sociedade paraense, então existente.

Enumeramos algumas, das quais destacamos as que em seu interior já traziam de forma explícita a criação de cooperativas orientadas por princípios cooperativistas e pelas diversas experiências européias.

Foram elas:

1 - Sociedade Beneficente Artística Paraense, criada por um grupo de operários e artífices, em 26 de junho de 1885. Seus criadores foram trabalhadores negros e mulatos, conforme listagem dos sócios fundadores:

Guilherme Possidônio Borges, serralheiro, natural d Rio de Janeiro;
Simeão Estelita dos Reis Guimarães, alfaiate, natural de Pernambuco;
Luís Tomás Espíndola, músico, paraense;
João Florêncio de Melo, alfaiate, paraense;
Francisco de Paula Ribeiro, ourives, paraense;
Inocência José Mendes, sapateiro, paraense;
Laurindo Augusto das Neves, alfaiate, maranhense;
João Onofre Damasceno, santeiro, paraense;
Raimundo Carneiro de Lima Tupiassu, alfaiate e paraense.

2 - Sociedade Beneficente União Paraense, organizada em dezembro de 1868, por dezessete fundadores, instalada em Janeiro de 1870, encerrou suas atividades em meados de 1881.

3 - Sociedade Beneficente 02 de dezembro, criada em 20 Janeiro de 1871;

4 - Club Beneficente popular, fundado por iniciativa do jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1873.

5 - Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense de 1878, presidida por Augusto Domingos Ruivo, tendo como diretores os senhores José da Cunha Guimarães, Luís Antonio Bosque e Marçal Tavares Bastos, ainda existia em 1904, sua sede ficava na Rua Aristide Lobo, 103, no centro comercial de Belém.

6 - Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros, fundada e aprovada pelo presidente da Província em nove de Janeiro de 1881. Seu Estatuto Social foi publicado no Jornal “O Liberal do Pará” em 14 de Agosto do mesmo ano. Esta organização se destaca das demais, assim como a organizada pelos gráficos, pelo fato de seus estatutos preverem, na primeira, a criação de uma Caixa Beneficente para seus sócios, e na dos gráficos, uma cooperativa de crédito mutuo, para os associados.

Os seus estatutos sociais definiram sua finalidade: “Auxiliar aos seus associados nos casos de doença, prisão, inabilidade total para o trabalho, e fazer-lhes com decência os seus funerais”.

7 - Associação Internacional de Socorros Mútuos, também beneficente e assistencialista, inspirada das experiências européias. Recrutou seus associados nas diversas categorias de trabalhadores. Foi criada por 143 trabalhadores em 23 de Dezembro de 1881 e instalada oficialmente em 15 de janeiro de 1882.

8 – Sociedade Beneficente 28 de Setembro de 1872, organizada pelos catraieiros do Porto de Belém, e mesmo com um estatuto social apolítico, recusou-se a transportar escravos embarcados ou desembarcados no Porto da

Cidade. Os noticiários na imprensa da época destacam suas ações abolicionistas.

9 - Sociedade Beneficente dos Pedreiros e Carpinas (carpinteiros e marceneiros), criada em 1883. Esta organização se destacou das suas similares, pelo fato de a mesma se dedicar com especial relevo às atividades educacionais dos trabalhadores que a compunham e de suas iniciativas em prol da alfabetização e instrução pública para os trabalhadores pobres da cidade de Belém. Seus dirigentes articulando-se com a Igreja Católica, com a Câmara Municipal e alguns empresários instituíram três escolas populares na forma de cooperativas: a Escola Noturna para adultos livres, mantida pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular (02-10-1871), a Escola Noturna para adultos escravos, organizada por representantes do clero local em 23 de novembro do mesmo ano, e a Escola Noturna da Câmara, instalada em 11 de setembro.

10 – Associação da Liga Marítima, fundada em 02 de agosto de 1899, tinha como principal atividade a manutenção de uma Caixa Beneficente para seus associados. Era regida por um regulamento especial que lhes proibia realizar qualquer atividade de natureza política.

O COOPERATIVISMO INSTITUÍDO (1912-1937)

Foi no início do século XX que o cooperativismo paraense surgiu e consolidou-se, sob a égide da abolição da escravidão e a promulgação da legislação republicana.

A imprensa noticiou a criação de associações urbanas que mantinham caixas beneficentes, e de modo geral, orientavam-se pelos modelos de bancos populares tipo Luzzatti (italiano) e as rurais organizavam-se a partir do modelo Raiffeisen (alemão).

As primeiras leis relativas aos trabalhadores e suas categorias profissionais eram muito restritivas. A Lei Federal número 173 de 10 de janeiro de 1893 restringia a organização das categorias profissionais e determinava as normas gerais a serem seguidas para o seu reconhecimento legal. Essa lei foi alterada pelo Decreto Federal número 979, de 06 de janeiro de 1903 que facultava aos trabalhadores da agricultura e da indústria rural a organização em sindicatos e trazia também as diretrizes legais para o funcionamento das cooperativas que fossem organizadas por essas categorias.

O modelo orientador adotado foi o alemão Raiffeisen. Outras leis e decretos foram sendo promulgados. Em 1907, o Decreto de número 6532 que definiu e explicitou os objetivos e funções do cooperativismo, especialmente as surgidas no meio agrícola. Esta legislação previa inclusive a organização das cooperativas rurais em Federações. O ramo do crédito agrícola foi, a época, o mais beneficiado, na medida em que incentivou a formação das caixas rurais, por distritos e por municípios. O Decreto 17.339, de 02 de junho de 1926 aprovou a criação, as normas reguladoras da criação, funcionamento e da fiscalização das Caixas Raiffeisen e dos Bancos Luzzatti, em todo o Brasil.

Na primeira década de 1920 vai se definindo a legislação cooperativista e sindicalista em todo território nacional. Nos primeiros anos foi comum a vinculação entre essas organizações. Dentre as cooperativas criadas no período poucas foram as que se legalizaram e tiveram sua documentação preservada. Encontramos as seguintes:

a) Escola de Aprendizes Artífices do Pará, constituída por determinação do Decreto Federal de 15/11/1910, se organizou como Associação Cooperativa Mutualista em 1912. O principal objetivo era a preparação de jovens profissionais para o mercado de trabalho. Teve como primeiro presidente o senhor Raimundo da Silva Porto, Essa cooperativa educacional teve vida longa, deixou de existir como tal em 1965.

b) Sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Ltda., “A Seringueira do Pará”, fundada em 02/03/1914, por 31 sócios seringalistas e comerciantes de látex e teve como primeiro presidente o senhor Manoel J. Rabello Jr. Oriundo de uma família com larga tradição em transporte fluvial na região e comerciantes da seringa.

c) Cooperativa Central dos Fazendeiros do Pará, criada por 25 sócios em 28/07/1914, tendo como primeiro presidente Justo Leite Chermont, pertencente, também a uma família tradicional da sociedade paraense com ampla participação política parlamentar.

d) Cooperativa Predial da Amazônia, a primeira do ramo de habitação a ser criada no extremo Norte, em 1918. Não conseguimos informações ou dados sobre a sua composição e atuação, a tempo de incluí-los neste texto.

Em alguns municípios do interior do Estado foram criadas cooperativas, mas poucas se consolidaram. Com registro e documentação preservada encontramos: a Cooperativa de responsabilidade Ilimitada – Caixa Rural de Crédito de Bragança, organizada por 22 sócios em 26/06/1927, presidida pelo senhor João Paulo Ribeiro, comerciante e agricultor muito conhecido à época; e a Cooperativa de Consumo Paschoal Villaboim, instalada em Monte Alegre, no baixo Amazonas, em 28 de julho de 1928.

Em Belém, em 1931 foi constituída, por 21 sócios a Cooperativa de Produção da Indústria Pecuária do Pará Ltda. - SOCIPE, com objetivo de coordenar,

organizar e regularizar o mercado de fornecimento de carne verde em Belém, problema que afetava há mais de três séculos a vida dos belemitas. Esta Cooperativa teve longa vida entre os paraenses, existindo ainda, com bom funcionamento no início do século XXI.

A história de sua implantação foi bastante tumultuada. Fundada sob o auspício da Revolução de 1930, com o apoio político e financeiro do interventor federal Joaquim Magalhães Barata, reuniu os grandes pecuaristas do Estado. A criação dessa cooperativa provocou um forte movimento de oposição por parte dos marchantes, em especial daqueles que comercializam carne verde em Belém.

A questão central questionada pelos comerciantes de carne era que a SOCIFE, como órgão subsidiado pelo Estado seria explorado por um grupo privado. Acrescente-se a este fato a concessão, feita pelo governo do Estado, do monopólio do mercado de carne verde por trinta (30), com isenção de vários impostos.

Ocorreram protestos, manifestações dos comerciantes, impedidos de comercializar a carne, o que foram amplamente noticiados na imprensa local. A oposição à SOCIFE e ao governo adquiriu tal monta que foi encaminhada ao Presidente da República Getúlio Vargas, que reafirmou todas as ações e concessões feitas por Magalhães Barata e concedeu um vultoso empréstimo para ser aplicado sob a administração da SOCIFE na melhoria dos rebanhos do Estado do Pará.

A sua primeira diretoria teve desfecho trágico. Surgiram acusações de fraudes, desvios, má aplicação de recursos, protecionismo, entre outras acusações. No ano de 1935, a instalação de inquéritos para apuração das denúncias levou ao suicídio o dirigente da Cooperativa. Mas a Cooperativa continuou seu percurso e tornou-se uma das entidades cooperativas de grande respeitabilidade na sociedade paraense. Na segunda metade do século XX, foram extintas as concessões e isenções e como cooperativa ela organizou redes de açougues para comercializar carne diretamente aos consumidores finais e centrais de comercialização de carne, em atacado, para os comerciantes, sob a generosidade dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, promovidos pelos regimes militares.

Na década de 1930, em especial na segunda metade, com a promulgação da Constituição de 1934, na qual foram incorporadas inúmeras demandas sociais e trabalhistas, assim como o reconhecimento da cidadania às mulheres, o cooperativismo paraense encontrou ressonância nas hostes dos governos Federal e Estadual, como será visto a seguir.

APOGEU E AFIRMAÇÃO (1938-1946)

Foi sob os auspícios do “Estado Novo” regime de restrições aos direitos civis foi que o cooperativismo adquiriu expressão e passou a se constituir em preocupação, objetivo e plano de governo. As manifestações dos governantes sobre a importância do cooperativismo como promotor do desenvolvimento econômico e social estavam na imprensa de vários estados e na nacional.

No Pará, o então interventor Federal Joaquim Magalhães Barata, em acordo com as orientações do Governo Central criou, pelo Decreto - lei nº.3547, o Serviço de Assistência ao Cooperativismo do Estado do Pará, vinculado à Diretoria Geral do Departamento de Agricultura do Estado.

Para direção das atividades foram designados; como chefe da seção do Serviço de Assistência ao Cooperativismo o poeta e escritor Bento Bruno de Menezes Costa, o técnico em cooperativismo Plácido Portela e o técnico do Ministério da Agricultura Luis Ribeiro.

Esses dirigentes sob a orientação dos governos federal, estadual e municipal elaboraram um audacioso plano de promoção, criação, organização educativo e financeiro para o cooperativismo paraense, com especial atenção o incentivo a criação de cooperativas rurais e a estruturação de Centrais de Cooperativas em todo o Estado.

A presença de Bruno de Meneses, ativista político e cultural no universo cooperativista paraense nas décadas de 30, 40 e 50 do século passado foi muito significativa. Estudioso das experiências do cooperativismo mundial, além de sua militância prática no cooperativismo, elaborou farto e diversificado material analítico, educativo e didático sobre o cooperativismo. O seu esforço e dedicação resultaram no crescimento do número de cooperativas dos vários ramos, mas com ênfase muito forte no cooperativismo de crédito rural e no educacional, assim como, em um processo educativo dos cooperativistas e da juventude.

Sua participação no cooperativismo paraense é reconhecida e lembrada por gerações de cooperativistas e pela intelectualidade regional. É considerado como importante parte da história e memória do cooperativismo paraense e do extremo Norte do Brasil.

Na década de 1940, que deve ser considerada como o apogeu dessa fase do cooperativismo no Pará, surgido no bojo do “Plano de Desenvolvimento do Cooperativismo Paraense” coordenado por Bruno de Meneses estava em plena atividade. Em primeiro de julho de 1944, quando foi instituído e comemorado como o “Dia Internacional do Cooperativismo” no Pará, reuniram-se em Belém as seguintes cooperativas: Sociedade Cooperativa da Indústria pecuária do Pará, Limitada, Cooperativa Central dos Seringalistas do Pará, Limitada, Cooperativa de Consumo dos Funcionários da SNAPP, Cooperativa de Consumo dos Bancários do Pará Limitada, Cooperativa de Consumo do Instituto Agrônomo do Norte, Limitada, Cooperativa Mista Agro-Pecuária Paraense, Limitada, com sede em Belém. Do interior participaram:

Cooperativa Agrícola Mista de Santa Izabel, Cooperativa Agrícola de Monte Alegre, Cooperativa Agrícola Mista de Castanhal, Cooperativa Agrícola de Mista de Igarapé-Assu, Cooperativa Agrícola de Capanema, entre outras, reunindo mais de mil cooperados. O evento contou com a presença do Interventor Federal Magalhães Barata, representantes do Ministério da

Agricultura, prefeitos e parlamentares de vários partidos. No evento foi proposta e aprovada uma bandeira que seria desfraldada pelos participantes do evento nos anos seguintes, a saber: **“DEI-NOS COOPERATIVAS E LEVANTAREMOS O POTENCIAL ECONÔMICO DA AMAZÔNIA, PARA QUE NUNCA MAIS SE REPITA NO BRASIL QUE O PARÁ E O AMAZÔNAS SÃO FILHOS PARALÍTICOS DA NAÇÃO”**.

Cabe ressaltar sob a vigência do Serviço de Assistência ao Cooperativismo foi elaborada uma legislação e normas rigorosas de para a criação, funcionamento e fiscalização das cooperativas paraenses que incluía norma de apreciação de contas mensais e trimestrais pelas instituições responsáveis e por uma comissão governamental, composta dos representantes do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, especialistas em contabilidade e um Conselho Consultivo composto de três membros, que deveriam ser pessoas de “relevo cultural e pertencente à administração pública”, foi presidido inicialmente pelo Secretário de Estado, o senhor Lameira Bitencourt.

O controle e a fiscalização das cooperativas no Pará foi objeto de várias matérias jornalísticas elaboradas pelos responsáveis pelo cooperativismo no Estado e dentre elas se destacou o trabalho de Bruno de Meneses, com o título “Advertência aos Derrotistas”: “Há duas espécies de inimigos do cooperativismo: os que o detratam por ignorância e os que o combatem por má fé e interesse próprio”. Essa matéria foi o início de uma série cuja finalidade foi combater o que ele denominava “falsas cooperativas” como as que se proclamavam cooperativas de lazer (clubes dançantes de fins de semana) e aquelas que se constituíam para “pegar o dinheiro dos probos” e que se extinguíam sem maiores explicações. Para combater essas nefastas experiências, retoma e passa aplicar o estatuído pelo artigo 138 do decreto-lei federal nº. 5.893, de 19/10/43: - “Ficam sujeitos à multa de Cr10. 000,00 a Cr15. 000,00 os que, direta ou indiretamente, obstarem ou embaraçarem, por qualquer forma, a organização e o funcionamento das cooperativas”. A arrecadação dessas multas fomentou um “Fundo de Apoio ao Cooperativismo”. Por outro lado foi criado um serviço policial de natureza política e, para o combate às falsas cooperativas e aos denominados “inimigos do cooperativismo”.

Sob os auspícios do entusiasmo e controle do cooperativismo que logo depois da comemoração foi proposta e criada a Cooperativa Central de Crédito do Pará, Limitada, fundada em 1º de setembro de 1944. A sua criação foi precedida de outras experiências, como a do Estado do Ceará que havia criado, nos mesmos termos a Cooperativa Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará.

A criação da Cooperativa Central, sob certos aspectos, significou o coroamento dos esforços até então realizados em prol do cooperativismo local. Foi o incentivo considerado eficiente, como um instituto de Crédito, que correspondia à Caixa de Crédito Cooperativo, estabelecida pela legislação federal da época. Sua finalidade foi a de “fomentar a concessão de crédito às cooperativas e inspirar confiança ao homem rural que, sem recursos próprios para melhorar as condições de vida e suas lavouras, recorre a intermediários para favorecê-los”. Mas o que ressalta na criação dessa Cooperativa Central foi, em primeiro lugar, a “elevada quota que o Governo do Estado, apoiando no Plano de Desenvolvimento do Cooperativismo Paraense, patriótica e

sabiamente criou, pelo decreto publicado pela imprensa oficial, consignando Cr 1.000.000,00 de auxílio à Cooperativa Central de Crédito”. Em segundo lugar foi a composição dos dirigentes da mesma. Para o Conselho de Administração foram eleitos os senhores: Luis Fernando Ribeiro (técnico do Serviço de Apoio ao Cooperativismo), José Reis Ferreira (do Serviço de Assistência ao Cooperativismo), Otávio Meira (político e parlamentar), Plácido Portela (do Serviço de Assistência ao Cooperativismo) e Jair Gurgel do Amaral; compuseram a diretoria executiva os senhores Luis Fernando Ribeiro – diretor – Presidente, José dos Reis Ferreira – diretor - Secretário e Plácido Portela – diretor – Gerente. O Conselho Fiscal foi composto pelos senhores Cássio dos Reis Viana (diretor - Presidente da cooperativa Central dos Seringalistas do Pará limitada), Francisco Falcão, Santino Ribeiro, Diógenes Ferreira de Lemos, Crisântemo Sousa e Raimundo Geraldo da Silva Salles.

O que se observa historicamente é uma lógica política vinculando o cooperativismo, o crédito financeiro e articulação de apoio político a certos segmentos sociais e a participação de setores da intelectualidade paraense no processo em curso à época.

O quadro geral que se configurou no cooperativismo paraense, nos anos quarenta foi de um aumento dos diversos ramos do cooperativismo e uma intensa atividade cooperativista que, sob certos aspectos consolidou uma cultura e uma mentalidade de cooperação e ajuda mútua.

Entretanto os resultados econômicos ainda estão por serem desvendados, mas foi possível constatar, que apesar de todas as mudanças ocorridas nesse processo histórico, as medidas adotadas propiciaram a criação e o funcionamento de cooperativas que existem na contemporaneidade, como as agrícolas de Tomé-Assu e Santa Izabel no interior do Estado e a SOCIPE na capital.

Na década de 1950 foi realizado um levantamento preliminar das cooperativas que estavam em funcionamento no Estado e indicou a existência de mais de duas centenas, sendo que 42 eram cooperativas escolares, informação que à época rendeu ao Pará o destaque nacional pela atividade desse ramo do cooperativismo.

Cabe ressaltar que o ramo de Consumo cresceu muito no mesmo período.

A maioria dessas cooperativas teve suas liquidações decretadas pelo INCRA nos anos de 1972/73, sob a administração do governo do general Médici. Parte delas adequou-se a nova legislação e voltaram a funcionar e outras se extinguíram literalmente.

Muito ainda está por ser esclarecido e explicitado nesta pesquisa, que após alguns anos de preterimento, não por opção pessoal, vem sendo retomada, mas esta é outra história.

